



Folha Larga 2 Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
e 2024 e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	14



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Folha Larga 2 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Folha Larga 2 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Folha Larga 2 Holding S.A.

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em



Folha Larga 2 Holding S.A.

nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Assinado por: Bruno Guedes Monteiro:1005506733
CPF: 1005596733
DataHora da Assinatura: 15 May 2026 | 13:48 BRT
ID: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC: SimplexID Multiple
DD28765AD3741C...

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0



		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos	Nota				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.767	20.019	1.720.508	574.840
Títulos e valores mobiliários	5	696.439	252.252	81.902.957	78.369.777
Contas a receber	6	-	-	14.071.575	10.730.851
Tributos a recuperar	7	-	2.943.653	-	5.439.216
Dividendos a receber	19.2	5.609.026	3.549.248	-	-
Outros ativos		999	999	7.069	6.000
		6.344.231	6.766.171	97.702.109	95.120.684
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	3.289.491	-	5.957.595	-
Investimentos	8	233.278.080	233.043.659	-	-
Imobilizado	9	-	-	656.776.230	686.693.277
Direito de uso		-	-	-	46.888
		236.567.571	233.043.659	662.733.825	686.740.165
Total de ativos		242.911.802	239.809.830	760.435.934	781.860.849
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	11	33.835	8.440	6.685.811	2.196.922
Tributos a recolher	10	440.709	438.934	1.014.345	1.372.583
Contas a pagar a partes relacionadas	19.1	-	-	5.420.215	6.814.214
Adiantamentos de clientes		-	-	67.047	67.047
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	35.948.042	29.517.817
Impostos a recolher		-	-	2.011.071	1.658.786
Dividendos a pagar	13.3	5.651.919	3.336.068	5.651.919	3.336.068
		6.126.463	3.783.442	56.798.450	44.963.437
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	462.052.366	497.004.449
Impostos diferidos		-	-	865.024	330.510
Passivo para descomissionamento		-	-	3.934.755	3.536.063
		-	-	466.852.145	500.871.022
Patrimônio líquido					
Capital social	13.1	173.348.508	173.348.508	173.348.508	173.348.508
Reserva legal	13.2	11.911.626	10.721.748	11.911.626	10.721.748
Reserva de lucros	13.4	16.955.758	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		34.569.447	51.956.132	51.525.205	51.956.134
Total do patrimônio líquido		236.785.339	236.026.388	236.785.339	236.026.390
Total do passivo e patrimônio líquido		242.911.802	239.809.830	760.435.934	781.860.849

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Receitas e custos operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	14	-	-	150.104.616	133.449.756
Custos das vendas	15	-	-	(91.947.485)	(78.786.815)
Lucro bruto		-	-	58.157.131	54.662.941
Despesas gerais e administrativas	16	(85.726)	(195.617)	(2.104.372)	(2.181.274)
Equivalência patrimonial	8	23.616.952	14.944.200	-	-
Outras receitas e despesas		(10.549)	28.428	(205.959)	2.966.047
Lucro operacional		23.520.677	14.777.011	55.846.800	55.447.714
Despesas financeiras	17	(23.179)	(22.538)	(34.418.094)	(40.878.294)
Receitas financeiras	17	369.814	224.837	10.471.437	8.149.637
Resultado financeiro		346.635	202.299	(23.946.657)	(32.728.657)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.867.312	14.979.310	31.900.143	22.719.057
Imposto renda e contribuição social corrente	18	(69.757)	(932.708)	(8.081.685)	(8.933.215)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	(20.903)	260.760
Lucro líquido do exercício		23.797.555	14.046.602	23.797.555	14.046.602

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	23.797.555	14.046.602	23.797.555	14.046.602
Resultado abrangente do exercício	23.797.555	14.046.602	23.797.555	14.046.602

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		173.348.508	-	10.019.418	-	78.936.111	-	262.304.037
							-	-
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	-	-	(36.988.184)	-	(36.988.184)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.046.602	14.046.602
Destinação do lucro líquido do exercício								-
Reserva legal	13.2	-	-	702.330	-	-	(702.330)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.3	-	-	-	-	-	(3.336.067)	(3.336.067)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	-	-	10.008.205	(10.008.205)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		173.348.508	-	10.721.748	-	51.956.132	-	236.026.388
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	13.3	-		-	-	(17.386.685)	-	(17.386.685)
Lucro líquido do exercício		-		-	-	-	23.797.555	23.797.555
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	13.2	-	-	1.189.878	-	-	(1.189.878)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.3	-		-	-	-	(5.651.919)	(5.651.919)
Reserva de lucros	13.4	-		-	16.955.758	-	(16.955.758)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		173.348.508	-	11.911.626	16.955.758	34.569.447	-	236.785.339

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		23.797.555	14.046.602	23.797.555	14.046.602
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	15	-	-	33.095.569	32.778.633
Custos com empréstimos, debêntures e juros		-	-	33.629.572	39.413.037
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	17	(13.262)	(224.837)	(9.627.225)	(8.149.637)
PIS e COFINS diferidos		-	-	121.936	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	-	-	20.903	(260.760)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	69.757	932.708	8.081.685	8.933.215
Resultado de equivalência patrimonial	8	(23.616.952)	(14.944.200)	-	-
Desreconhecimento de passivo de arrendamento	18	-	-	46.888	-
Resultado com variação cambial e monetária		(356.553)	-	(444.535)	-
		(119.455)	(189.727)	88.722.348	86.761.090
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(3.340.725)	5.379.761
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	354.641
Despesas antecipadas		-	-	-	61.610
Tributos a recuperar	7	10.715	963.239	324.848	(913.011)
Outros ativos		-	4.459	(1.069)	4.459
Tributos a recolher	10	1.058	(98.041)	32.722	(2.674.218)
Contas a pagar	11	25.396	(4.026)	4.474.461	(1.248.855)
Contas a pagar a partes relacionadas	19.1	-	-	(1.393.999)	3.285.816
Adiantamentos de clientes		-	-	-	(3.244)
		37.169	865.631	96.238	4.246.959
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(69.040)	(932.712)	(7.728.684)	(10.131.727)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(151.326)	(256.808)	81.089.902	80.876.322
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	-	(3.164.093)	(452.109)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		(430.926)	3.820.531	6.094.044	27.011.664
Dividendos recebidos		21.322.753	49.807.661	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de		20.891.827	53.628.192	2.929.951	26.559.555

**investimentos****Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

Pagamento de empréstimos - principal	12	-	-	(27.752.339)	(26.939.051)
Pagamento de empréstimos - juros	12	-	-	(34.399.093)	(38.325.513)
Custo de transação de empréstimos		-	-	-	(903.384)
Dividendos pagos	13.3	(20.722.753)	(53.371.373)	(20.722.753)	(53.371.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.722.753)	(53.371.373)	(82.874.185)	(119.539.321)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		17.748	11	1.145.668	(12.103.444)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		20.019	20.008	574.840	12.678.284
No final do exercício		37.767	20.019	1.720.508	574.840
		17.748	11	1.145.668	(12.103.444)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de imobilizado	-	-	14.428	629.150
Passivo para descomissionamento	-	-	-	3.536.063

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Folha Larga 2 Holding S.A. ("Folha Larga 2" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima, constituída em 19 de setembro de 2018, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso no 52, 18º andar (parte), Centro. A Companhia é controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A., detentora de 100% das ações. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Folha Larga Fase II, sendo Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. ("VSJ03"), Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A. ("VSJ05"), Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A. ("VSJ06"), Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A. ("VSJ10"), Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A. ("VSJ11"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão de energia nova, LEN A-6, realizado pela ANEEL em agosto de 2018.

1.1 Da autorização para operação

Folha Larga Fase II

A segunda fase de projetos eólicos desenvolvidos na região, denominada Fase II, está localizada no município de Campo Formoso - BA e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia nova, LEN A-6, realizado pela ANEEL agosto de 2018, no qual foram comercializados 56,1 MW médio de garantia física.

Após o êxito no leilão foram constituídas cinco novas empresas: Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A. ("VSJ03"), Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A. ("VSJ05"), Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A. ("VSJ06"), Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A. ("VSJ10") e Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A. ("VSJ11"), que representam os parques eólicos que produzirão os 197,4 MW médios contratados. A obrigação da entrega de energia é em 2024, no entanto já existem contratos no ambiente livre de comércio a partir de 2020. O Parque Eólico São Januário 03 entrou em operação em 12 de novembro de 2020 e as demais empresas entraram em operação no primeiro semestre de 2021 de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), conforme descrição de geração abaixo:

Capacidade instalada nas Companhias constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.	33,6 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A.	42,0 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A.	37,8 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A.	42,0 MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A.	42,0 MW
	197,4 MW

A apuração de energia produzida é mensal, sendo que, desvios negativos são restituídos pelas Companhias. Desvios positivos são pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 17 de agosto de 2019, as quatro novas empresas obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

As empresas possuem contratos firmados no ambiente de contratação livre (ACL) a partir de 2020 até 2043, o que garante a geração de receitas no período que antecede o atendimento ao mercado regulado.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 33,3 km, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kV Folha Larga e término na Subestação Senhor do Bonfim II;
- (ii) Subestação Senhor do Bonfim II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Senhor do Bonfim II em 230 kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 20.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 20.

2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Controladas	Atividade	Participação
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A.	Geração de energia eólica	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(a)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(b)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.7

(a) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 18).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em

controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(b) Provisão para receita extra/ressarcimento

Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

(i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de

energia contratada.

2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos

de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas, adiantamentos de clientes e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico

de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Ventos de São Januário 3, Ventos de São Januário 5, Ventos de São Januário 6, Ventos de São Januário 10 e Ventos de São Januário 11) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.12 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange à geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange à geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao

meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

(c) Constrained-off de usinas

Os eventos de *constrained-off* de usinas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado aos *constrained-off*.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e

contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Empresa e suas investidas estão sujeitas ao regime do lucro real, enquanto as empresas indiretas (SPEs) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Questões climáticas

A Empresa considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Empresa está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Empresa considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações

relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Empresa tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2025, a Empresa considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso

3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").
- v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos

requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

· IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A empresa aplica as alterações se:

- i. sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- ii. estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas

demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	37.767	20.019	1.720.508	574.840
Total	37.767	20.019	1.720.508	574.840

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 20.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	696.439	252.252	81.902.957	78.369.777
	696.439	252.252	81.902.957	78.369.777

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2025 sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras

6 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contratos de energia de reserva (i)	12.674.462	10.609.186
Contratos de mercado de curto prazo (ii)	1.397.113	121.665
	14.071.575	10.730.851



- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.
- (ii) O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em 12/2025 foi de R\$288 (R\$89 em 2024).

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRPJ	-	2.189.629	-	2.723.283
CSLL	-	82.547	-	502.964
PIS	-	5.208	-	153.924
COFINS	-	31.086	-	717.468
IRRF	-	633.978	-	1.049.318
Outros	-	1.205	-	292.259
	-	2.943.653	-	5.439.216
Não Circulante				
IRPJ	2.519.082	-	3.004.435	-
CSLL	91.334	-	579.022	-
PIS	6.220	-	160.221	-
COFINS	37.313	-	759.503	-
ISS	-	-	342	-
IRRF	634.095	-	1.103.802	-
Outros	1.447	-	350.270	-
	3.289.491	-	5.957.595	-
Total	3.289.491	2.943.653	5.957.595	5.439.216

Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação de impostos de acordo com a legislação tributária e/ou alvo de solicitação de restituição junto ao Fisco, quando permitido, a serem definidos pela Administração da Companhia. Em 2026, a Companhia avalia a solicitação da restituição dos montantes acima através de PERDCOMP.



8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a))

	2025				
	VSJ 03	VSJ 05	VSJ 06	VSJ 10	VSJ 11
Ativo circulante	18.388.465	21.529.338	18.172.718	20.608.492	19.941.283
Ativo não circulante	106.272.965	139.678.177	128.310.335	141.579.443	143.603.413
Passivo circulante	10.767.754	14.982.935	11.168.683	11.230.073	9.804.960
Passivo não circulante	77.097.747	94.822.323	87.297.751	102.620.403	105.013.923
Patrimônio líquido	32.084.127	44.927.723	41.629.278	45.364.380	45.655.617
Lucro do exercício	4.711.802	6.474.534	6.387.341	2.973.079	3.070.196

	2024				
	VSJ 03	VSJ 05	VSJ 06	VSJ 10	VSJ 11
Ativo circulante	16.906.565	19.222.255	17.861.210	20.086.024	19.498.535
Ativo não circulante	110.564.217	145.274.811	133.746.142	147.620.458	149.534.537
Passivo circulante	8.117.936	11.861.313	9.649.566	9.184.535	7.586.724
Passivo não circulante	83.926.203	102.864.182	94.115.636	108.899.649	111.065.352
Patrimônio líquido	32.305.994	44.144.414	42.892.357	48.577.293	50.179.398
Lucro do exercício	3.120.649	5.627.157	4.949.793	1.045.005	201.598

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	VSJ 03	VSJ 05	VSJ 06	VSJ 10	VSJ 11	Total
Saldo em 31/12/2024	35.426.643	49.771.573	47.842.149	49.622.299	50.380.996	233.043.659
Equivalência patrimonial	4.711.802	6.474.534	6.387.341	2.973.079	3.070.196	23.616.952
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.119.053)	(1.537.702)	(1.516.994)	(706.105)	(729.172)	(5.609.026)
Dividendos adicionais propostos	(2.223.463)	(3.306.146)	(4.695.877)	(3.551.813)	(3.996.207)	(17.773.506)
Saldo em 31/12/2025	36.795.929	51.402.259	48.016.619	48.337.460	48.725.813	233.278.080

	VSJ 03	VSJ 05	VSJ 06	VSJ 10	VSJ 11	Total
Saldo em 31/12/2023	41.727.489	56.683.667	40.902.088	41.379.617	39.740.476	220.433.337
Equivalência patrimonial	3.120.649	5.627.157	4.949.793	1.045.005	201.598	14.944.200
Dividendos mínimos obrigatórios	(741.154)	(1.336.450)	(1.175.576)	(248.188)	(47.880)	(3.549.247)
Dividendos adicionais propostos	(8.680.341)	(11.202.801)	3.165.844	7.445.865	10.486.802	1.215.369
Saldo em 31/12/2024	35.426.643	49.771.573	47.842.149	49.622.299	50.380.996	233.043.659

Folha Larga 2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

		Consolidado			
		2025			
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	683.157.214	3.178.522	(32.934.839)	653.400.897
Passivo para descomissionamento		3.536.063	-	(160.730)	3.375.333
Total		686.693.277	3.178.522	(33.095.569)	656.776.230
Custo		808.248.013			811.426.535
Depreciação acumulada		(121.554.736)			(154.650.305)
Imobilizado líquido		686.693.277			656.776.230
		Consolidado			
		2024			
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	714.854.588	1.081.259	(32.778.633)	683.157.214
Passivo para descomissionamento		-	3.536.063	-	3.536.063
Total		714.854.588	4.617.322	(32.778.633)	686.693.277
Custo		803.630.691			808.248.013
Depreciação acumulada		(88.776.103)			(121.554.736)
Imobilizado líquido		714.854.588			686.693.277

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 12). A Companhia efetuou uma avaliação de indicadores de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.



10 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL	439.404	438.687	439.404	438.687
PIS sobre faturamento	125	10	84.707	145.728
COFINS sobre faturamento	476	60	390.854	672.607
Tributos retidos na fonte	704	177	99.380	115.561
	440.709	438.934	1.014.345	1.372.583

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

11 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados	33.835	8.440	350.638	147.685
Aquisição de imobilizado	-	-	14.428	629.152
Serviços de manutenção	-	-	1.050.061	1.033.153
Mercado de curto prazo a pagar (i)	-	-	4.980.350	193.385
Custo com energia elétrica	-	-	286.308	193.547
Taxas e emolumentos	-	-	3.100	-
TUST/TUSD	-	-	926	-
	33.835	8.440	6.685.811	2.196.922

(i) A Companhia gerou 20% a menos nos 2 últimos meses do exercício de 2025 comparado ao exercício anterior, onde estrategicamente recorreu a liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para atendimento dos contratos negociados no Ambiente Livre.

12 Empréstimos e financiamentos

12.1 Linha de crédito

	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2025	2024
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,45%	2024 a 2039	492.823.136	524.992.475
Juros				5.177.272	1.529.791
				498.000.408	526.522.266
Passivo circulante				35.948.042	29.517.817
Passivo não circulante				462.052.366	497.004.449

Em 29 de março de 2019, as empresas controladas firmaram contratos de financiamentos mediante abertura de crédito com o BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 647.563.995. A liberação total dos créditos foi finalizada em 2022 no montante de R\$



598.091.798. O objetivo desta captação foi para implantação (construção) dos parques eólicos.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA juros de 2,45% a.a. Os juros possuem exigibilidade trimestral ao longo do período de carência, compreendido entre a data de assinatura do contrato e 15 de janeiro de 2022, passando a obrigação para mensal após o término do período de carência, até o fim do contrato. O Contrato de Financiamento prevê a aplicação de Bônus de Adimplência, incidente sobre os juros básicos fixo, nos casos em que a parcela do serviço da dívida for integralmente paga até a data do respectivo vencimento.

12.2 Movimentação dos empréstimos

Saldo inicial em 01/01/2024	553.277.177	Saldo inicial em 01/01/2025	526.522.266
(+) Juros apropriados	38.509.653	(+) Juros apropriados	33.629.574
(-) Amortização juros	(38.325.513)	(-) Amortização juros	(34.399.093)
(-) Amortização principal	(26.939.051)	(-) Amortização principal	(27.752.339)
Saldo final em 31/12/2024	526.522.266	Saldo final em 31/12/2025	498.000.408

Garantias

O empréstimo conta com penhor de ações e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização e cessão fiduciária dos direitos emergentes relacionados ao Contrato de O&M.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Empréstimos e financiamentos	
2027	70.114.435
2028	68.647.781
2029	67.507.217
2030-2039	504.463.834
	710.733.267

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 173.348.507,66, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 173.348.508 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação%	2025	2024
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	173.348.508	173.348.508
		173.348.508	173.348.508

13.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o valor constituído no exercício é de R\$ 1.189.878 (R\$ 702.330 em 2024), totalizando R\$ 11.911.626

13.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei



nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos adicionais propostos.

Em 2025, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 3.336.067.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 5.651.919 (R\$ 3.336.067 em 2024).

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	23.797.555	14.046.602
Base de cálculo dos dividendos	23.797.555	14.046.602
(-) Constituição da reserva legal	(1.189.878)	(702.330)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	22.607.677	13.344.272
Dividendos mínimos obrigatórios	5.651.919	3.336.067
Dividendos adicionais propostos	-	10.008.205
Reserva de lucros	16.955.758	-

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	2025	2024
Saldo Inicial	3.336.068	16.383.190
Dividendos mínimos obrigatórios	5.651.919	3.336.067
Dividendos adicionais propostos	17.386.685	36.988.184
Dividendos pagos	(20.722.753)	(53.371.373)
	5.651.919	3.336.068

13.4 Reserva de lucros

A proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, assim que aprovado em Assembleia pelos acionistas, a reserva é revertida para dividendos adicionais propostos nas demonstrações financeiras.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 16.955.758.



14 Receitas de vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas de energia	155.791.343	137.862.389
Receita bruta	155.791.343	137.862.389
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(1.012.705)	(588.885)
COFINS	(4.674.022)	(3.823.748)
Total das deduções da receita bruta	(5.686.727)	(4.412.633)
Receita líquida	150.104.616	133.449.756

15 Custos das vendas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos operacionais		
Seguros	(1.827.982)	(1.990.533)
Arrendamento de Terra	(1.909.948)	(1.860.535)
Custo com mercado de curto prazo – MCP (ii)	(12.933.109)	(7.659.712)
Aquisição de energia elétrica (ii)	(12.671.507)	(7.219.349)
Outros custos e serviços	(768.429)	(194.378)
	(30.110.975)	(18.924.507)
Impostos e taxas		
TUSD	(11.335.124)	(10.631.279)
Taxa de regulamentação	(848.055)	(612.277)
Impostos e taxas diversas	(3.502)	-
	(12.186.681)	(11.243.556)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(15.552)	(49.449)
Manutenção das instalações	(12.766.076)	(12.028.780)
Serviços de telecomunicações	(156.084)	(336.108)
	(12.937.712)	(12.414.337)
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(33.095.569)	(32.778.633)
	(33.095.569)	(32.778.633)
Rateio de custos		
Salários	(3.523.021)	(3.220.106)
Serviços prestados pelo exterior	(93.527)	(205.676)
	(3.616.548)	(3.425.782)
Total dos custos de vendas	(91.947.485)	(78.786.815)

(i) A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a TUSD (Tarifa de Uso do



Sistema de Distribuição) são encargos cobrados pelo uso das redes que transportam a energia elétrica desde as usinas geradoras até o consumidor final.

- (ii) No primeiro semestre a Companhia estrategicamente se antecipou na compra de energia a preços mais favoráveis para atendimento dos contratos de ACL e alocou uma maior parcela de sua geração nos contratos do Ambiente Regulado.

16 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas				
Despesas legais	(5.434)	(1.159)	(104.139)	(112.986)
Outras despesas administrativas	-	(120.238)	(232.828)	(159.922)
	(5.434)	(121.397)	(336.967)	(272.908)
Impostos e taxas				
Multas	-	(12.300)	-	(410.360)
Imposto e taxas diversas	-	-	(159.291)	(306.151)
	-	(12.300)	(159.291)	(716.511)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(34.878)	(33.593)	(209.270)	(201.556)
Serviços de consultoria	(19.567)	(3.008)	(707.451)	(511.352)
Honorários de auditores	(25.847)	(25.319)	(155.083)	(151.919)
Honorários de advogados	-	-	(144)	-
Serviços de vigilância	-	-	(401.186)	(227.937)
Serviços de informática	-	-	(10.945)	(1.753)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(76.181)	(16.287)
	(80.292)	(61.920)	(1.560.260)	(1.110.804)
Rateio de despesas				
Impostos e taxas diversas	-	-	(47.854)	(81.051)
	-	-	(47.854)	(81.051)
Total das despesas administrativas	(85.726)	(195.617)	(2.104.372)	(2.181.274)

17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	13.261	224.837	9.627.225	8.149.637
Variações monetárias ativas	356.553	-	843.226	-
Juros	-	-	986	-
	369.814	224.837	10.471.437	8.149.637
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e debentures	-	-	(33.629.572)	(38.509.653)
Juros sobre outras operações	(11)	(6.678)	(10.940)	(241.547)
Despesas bancárias	(5.972)	(3.413)	(131.380)	(433.841)
Garantias	-	-	(22.813)	(659.049)
Descontos concedidos	-	-	(1.788)	(1.812)

Folha Larga 2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Despesas com IOF	-	(1.992)	(205.714)	(118.553)
Custos com empréstimos e debêntures	-	-	-	(903.384)
Tributos sobre receitas financeiras	(17.196)	(10.455)	(17.196)	(10.455)
Outras despesas financeiras	-	-	(398.691)	-
	(23.179)	(22.538)	(34.418.094)	(40.878.294)
Resultado financeiro	346.635	202.299	(23.946.657)	(32.728.657)

18 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto	23.867.312	14.979.309	31.900.143	22.719.056
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	8.114.886	5.092.965	10.846.049	7.724.480
Resultados de controladas por equivalência	(8.029.764)	(5.081.028)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	615.587	-	615.587
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(61.405)	305.184	(61.405)	305.184
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	46.040	-	46.040	-
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(2.728.096)	27.204
Encargo fiscal	69.757	932.708	8.102.588	8.672.455
Despesa com IR e CS correntes	(69.757)	(932.708)	(8.081.685)	(8.933.215)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	(20.903)	260.760
	(69.757)	(932.708)	(8.102.588)	(8.672.455)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,3%	6,2%	25,4%	38,2%

			Consolidado	
			2025	2024
Imposto por natureza				
IRPJ e CSLL sobre lucro	69.757	932.708	69.757	932.708
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	-	-	4.742.357	4.204.219
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	-	-	3.268.746	2.694.432
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	-	-	825	1.101.856
	69.757	932.708	8.081.685	8.933.215



19 Transações com parte relacionadas

19.1 Contas a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações (i)	5.161.788	5.459.282
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A. (ii)	258.428	1.354.932
	5.420.215	6.814.214

- (i) Contrato com a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração/manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.
- (ii) Refere-se a saldo a pagar oriundo de repasse de custos necessários para a construção dos parques dos projetos Folhas Largas I, II, Casa dos Ventos, através de percentual fixo de acordo com contrato do Consórcio Folha Larga Interconexões, na qual a Ventos de São Januário 01 S.A. (empresa do projeto Folha Larga I) é a empresa líder.

19.2 Dividendos a receber

	Controladora	
	2025	2024
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S.A.	1.119.052	741.153
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S.A.	1.537.702	1.336.450
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S.A.	1.516.994	1.175.576
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A.	706.106	248.189
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S.A.	729.172	47.880
	5.609.026	3.549.248

19.3 Dividendos a pagar

	Controladora	
	2025	2024
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	5.651.919	3.336.068
	5.651.919	3.336.068

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 13.3.

19.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses períodos.

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:



- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	37.767	20.019	1.720.508	574.840
Contas a receber	-	-	14.071.575	10.730.851
Dividendos a receber	5.609.026	3.549.248	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	696.439	252.252	81.902.957	78.369.777
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	33.835	8.440	6.685.811	2.196.922
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	5.420.215	6.814.214
Empréstimos e financiamentos	-	-	498.000.408	526.522.266
Dividendos a pagar	5.651.919	3.336.068	5.651.919	3.336.068
Adiantamentos de clientes	-	-	67.047	67.047
Passivo para descomissionamento	-	-	3.934.755	3.536.063

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, adiantamentos, e despesas antecipadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo



de liquidação destas operações.

- (iii) Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

20.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	37.767	20.019	1.720.508	574.840
Contas a receber	-	-	14.071.575	10.730.851
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Dividendos a receber	5.609.026	3.549.248	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	696.439	252.252	81.902.957	78.369.777

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

20.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

20.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos



financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	33.835	-	8.440	-
Dividendos a pagar	5.651.919	-	3.336.068	-
	5.685.754	-	3.344.508	-

	Consolidado			
	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	6.685.811	-	2.196.922	-
Contas a pagar a partes relacionadas	5.420.215	-	6.814.214	-
Empréstimos e financiamentos	63.140.443	710.733.267	64.542.336	796.761.957
Dividendos a pagar	5.651.919	-	3.336.068	-
Adiantamento de clientes	67.047	-	67.047	-
	80.965.435	710.733.267	76.956.587	796.761.957

20.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

20.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que elas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2025, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2026 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2025, cuja valor definido foi de 3,97% a.a. sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de		Juros Projetados para 2026		
	Financiamento				
Passivos financeiros	2.025	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
BNB	498.000.408	IPCA	30.224.700	34.211.608	38.294.539



21 Compromissos assumidos

21.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

		VSJ03		VSJ05	
		2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACR	Volume [MWh]	84.972	935.249	114.756	1.263.083
	Preço [R\$/MWh]	135	135	135	135
	Subtotal [R\$]	11.459.324	126.127.680	15.475.994	170.339.345
ACL	Volume [MWh]	56.371	281.976	67.445	337.370
	Preço [R\$/MWh]	212	198	212	198
	Subtotal [R\$]	11.975.018	55.867.850	14.327.500	66.843.054
Total [R\$]		23.434.342	181.995.530	29.803.494	237.182.398
		VSJ06		VSJ10	
		2026	2027-2037	2026	2027-2037
ACR	Volume [MWh]	96.360	1.060.592	98.988	1.089.503
	Preço [R\$/MWh]	135	135	135	135
	Subtotal [R\$]	12.995.110	143.031.494	13.349.522	146.930.441
ACL	Volume [MWh]	66.235	331.319	64.229	321.283
	Preço [R\$/MWh]	212	198	212	198
	Subtotal [R\$]	14.070.528	65.644.184	13.644.344	63.655.877
Total [R\$]		27.065.638	208.675.677	26.993.866	210.586.319
		VSJ11			
		2026	2027-2037		
ACR	Volume [MWh]	96.360	1.060.579		
	Preço [R\$/MWh]	135	135		
	Subtotal [R\$]	12.995.110	143.029.672		
ACL	Volume [MWh]	61.098	305.623		
	Preço [R\$/MWh]	212	198		
	Subtotal [R\$]	12.979.263	60.553.035		
Total [R\$]		25.974.373	203.582.707		



22 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais, em decorrência de sinistros integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.412.429.379 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas	Importância seguradas
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 1.412.429.379

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 157.784.760 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Coberturas

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 157.784.760

André Salgado
Diretor Presidente

Jessica Von Moegen
Diretora Financeira

Roger de Quintanilha Esteves
Contador – CRC 125542/O-2

Certificate Of Completion

Envelope Id: E4C71E68-64C1-4BBD-B422-E595FE674C77

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: Folha Larga 2 Holding S.A + Relatório do Auditor.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 43

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Felipe Azevedo

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.azevedo@pwc.com

IP Address: 134.238.160.204

Record Tracking

Status: Original

15 May 2026 | 13:37

Holder: Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

15 May 2026 | 13:49

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Bruno Monteiro

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Subject: CN=Bruno Guedes

Monteiro:10055965733

Signature

DocuSigned by:

DD2B795AD37247C...

Timestamp

Sent: 15 May 2026 | 13:39

Viewed: 15 May 2026 | 13:47

Signed: 15 May 2026 | 13:48

Signature Adoption: Uploaded Signature Image

Using IP Address: 134.238.159.65

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 15 May 2026 13:49 Viewed: 15 May 2026 13:49 Signed: 15 May 2026 13:49
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	15 May 2026 13:39
Certified Delivered	Security Checked	15 May 2026 13:47
Signing Complete	Security Checked	15 May 2026 13:48
Completed	Security Checked	15 May 2026 13:48

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------